



Colóquio Parlamentar na Assembleia da República promovido pela Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

**DISCURSO**

**Secretário de Estado Adjunto e do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares**

Feliciano Barreiras Duarte

**“O Serviço Público de Comunicação Social: de Portugal para o Mundo”**

**10 de Abril de 2012**



Exmo. Sr. Presidente da Comissão para a ética, cidadania e a comunicação, Sr. Deputado Mendes Bota

Exmo. Sr. Prof. Gustavo Cardoso

Exmo. Sr. Dr. Luís dos Santos Jorge

Senhores Deputados

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Quero antes de mais felicitar a Comissão para a ética, cidadania e comunicação, na pessoa do seu Presidente, pela realização deste ciclo de debates sobre o Serviço Público de comunicação social.

Mais do que ser minha obrigação, associo-me a esta iniciativa com gosto, por se tratar de uma oportunidade de debater e de refletir sobre uma realidade muito importante do universo do audiovisual.

A sessão de hoje é especialmente dedicada ao papel que a televisão, a rádio públicas e a agência Lusa podem desempenhar na promoção e na divulgação da nossa língua e da nossa cultura no Mundo, em particular junto das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro e nos países lusófonos.

A pertinência e a oportunidade da temática são amplamente justificadas quer pelos processos de reestruturação e sustentabilidade que estão atualmente em curso na RTP e na LUSA, quer pelos vetores definidos pela política externa deste Governo no que à promoção da língua, da cultura, da identidade e dos produtos portugueses no mundo diz respeito.

De facto, a comunicação social pública tem-se assumido como um importante instrumento de projeção e de defesa dos interesses externos estratégicos do Estado Português, incluindo os que enformam a natureza da cooperação com os PALOP, Timor-Leste e o Brasil.

Por isso, devemos, com justiça, sublinhar o contributo da comunicação social pública para o aprofundamento das parcerias e da cooperação com os países deste universo, nossos interlocutores naturais.

Há que considerar que a língua portuguesa não é apenas o ‘habitat’ comunicacional de milhões de falantes do idioma de Camões, Vieira ou Pessoa. Se é com ela que se idealiza, se pensa e se sonha, é também através dela que se projeta, se trabalha e se concretiza.

Trata-se, na verdade, de um valioso património que resultou de um passado histórico comum e que constitui atualmente um instrumento muito eficiente na construção de um futuro partilhado, em que todos acreditamos e queremos investir.

Mas Minhas Senhoras e Meus senhoras

É bom retermos alguns números. A língua portuguesa é falada hoje como língua nativa por 236 milhões de pessoas e no total como segunda língua por quase 273 milhões. O Português hoje é uma língua de vários oceanos e de vários continentes.

O português é, também, a quinta língua mais falada no mundo inteiro como nativa, a sexta como segunda língua e a terceira língua europeia mais falada no mundo e é a quinta língua de comunicação mais relevante há escala global.

Aliás neste particular vários estudos indicam-nos que em 2050 teremos 335 milhões de pessoas a falar Português no mundo.

É uma língua, falada em todos os continentes.

Nomeadamente, pelos cerca de 5 milhões de Emigrantes Portugueses espalhados pelos cinco continentes.



É óbvio que perante estes números é fácil concluir que o potencial que lhe está associado é enorme.

Devo, a este propósito, sublinhar o papel da RTP África e da RTP Internacional na manutenção da ligação à diáspora, no reforço da Imagem de Portugal no Mundo, na presença da Língua Portuguesa nas redes linguísticas internacionalizadas e na difusão de conteúdos audiovisuais produzidos em Portugal.

Ou seja, uma RTP Internacional ou uma RTP África podem desempenhar um papel importante na divulgação do que são as realidades nacionais de cada um dos países que compõem a CPLP.

Dão seguramente um contributo para a divulgação da língua portuguesa. São aliás os canais públicos onde é mais elevado o número de programas originalmente em língua portuguesa.

Mas não deixam de ser um projeto português que pode e deve ser aproveitado como motor das expectativas de desenvolvimento nacionais.

Foi aliás nesse sentido de afirmação nacional que a RTP Internacional foi pensada originalmente e penso que com propriedade pode continuar a constituir um importante motor de divulgação de Portugal, dos seus produtos e dos seus serviços.

Não podemos ignorar que a língua portuguesa, de acordo com um estudo recente efectuado pelo Instituto Camões, representa 17% do PIB português.

Tem um valor económico, quantificável e que, num momento de fragilidade da nossa economia, tem de ser potenciado.

Divulgar o que de melhor se faz por cá é uma boa síntese de uma das vertentes essenciais do papel a desempenhar pelo serviço público de comunicação social junto da opinião pública mundial.

Consciente da importância estratégica destas realidades, o governo apontou já um novo caminho para a antena Internacional da RTP.

Um canal mais dinâmico e cosmopolita que vá ao encontro daquilo que a diáspora espera do seu país de origem.

Não queremos um veículo de promoção do país sem mais, mas um projeto que consiga transmitir uma imagem fiel do que somos.

Os resultados, no passado recente, já demonstraram e provaram que é possível fazerem-se reformas estruturais cortando os custos de forma considerável e melhorando a qualidade do serviço público prestado.

A necessidade que hoje se verifica de se reduzirem ainda mais os custos deve por isso ser um incentivo para um pensamento sério e estruturado sobre o papel da televisão na nossa sociedade.

A rede pública de televisão apenas será adequada ao mundo contemporâneo se for uma projeção, intra e além-fronteiras, dos interesses não só de Portugal mas de todo o espaço lusófono, visando estreitar relações estrategicamente com todos aqueles que têm de algum modo interesses em todo o espaço lusófono, independentemente do seu posicionamento geográfico e político no Mundo, com vista à valorização dos interesses de todos os países da CPLP.

Também, como meio de ação estratégica do Estado e da sociedade, a rede pública de televisão deve dirigir-se tanto às pessoas como às empresas, de um modo articulado e sustentável.

Não nego que, enquanto português e enquanto membro do XIX Governo, com responsabilidades nesta área da Comunicação Social, vejo algum interesse nesta perspectiva que é legítima na medida em que a televisão pública é paga por exemplo pelos portugueses, que podem por isso esperar algum retorno do dinheiro investido naquele serviço.



No caso dos canais internacionais da concessionária dos serviços públicos de rádio e televisão RTP Internacional e RDP Internacional, a função essencial é despertar e consolidar o interesse por Portugal e pelo universo da língua portuguesa, constituindo-se como um instrumento de oferta de valor na Internet, TV e rádio, plenamente aberto e interessado em promover fluxos de informação nos mais variados sentidos, de forma a favorecer a colaboração institucional, as novas parcerias com relevância para a projeção da imagem de Portugal e a aproximação da realidade nacional às comunidades de língua portuguesa.

Mas esta aproximação faz-se adaptando-nos à oferta hoje disponível e ao estilo de consumo que existe.

Não podemos ignorar que cerca de 42% da população acede à televisão por cabo, tendo assim acesso a uma panóplia de conteúdos diferenciados.

No caso específico da internet, também, a evolução foi exponencial.

Hoje em dia mais de 70% da população acede diariamente à internet.

E é partindo deste panorama que construiremos uma melhor oferta de serviço público.

Outra questão que se pode colocar é a de o serviço público comportar uma dose de interculturalidade.

A Lei da Televisão portuguesa, neste particular, dá abertura a isso mesmo ao referir que as percentagens de programas originariamente em língua portuguesa podem ser preenchidas até um máximo de 25% com programas originários de outros países lusófonos.

Os números mostram, aliás, que a interculturalidade lusófona tem expressão, para Portugal, nos próprios canais generalistas.

Nos anos 80 e 90 a dependência nacional do produto telenovela brasileira, que fazia parar o país quase por inteiro, mostrou que determinados produtos de produção lusófona podem constituir factores de integração e de agregação cultural e linguística.

Por exemplo, na RTP1, foram exibidas, em 2010, 278 horas de produção de países lusófonos, das quais 276 foram telenovelas brasileiras. Apenas 3 horas repartidas entre Angola e Cabo Verde deram lugar à lusofonia africana no principal canal público.

Já na RTP2, das 62 horas no total, 43 foram de programas de género musical oriundos de Moçambique, repartindo-se as restantes entre o Brasil e Cabo Verde.

Na SIC apenas o Brasil teve eco, seja pela mão das séries, seja pela das telenovelas. E na TVI, apenas um filme brasileiro teve eco ao longo de um ano inteiro.

Ou seja, na produção lusófona não nacional, o Brasil ocupa quase 96% do espaço dos canais portugueses e, nos restantes 4%, Moçambique ocupa 84%.

Até agora, podemos dizer que a divulgação das telenovelas brasileiras constitui o principal exemplo de interculturalidade na televisão portuguesa e, sejamos muito claros, constitui também a melhor promoção que o Brasil enquanto país e destino turístico poderia fazer em Portugal ou noutro país do mundo.

Quantos milhares de portugueses não foram já ao Brasil depois de verem as imagens que as novelas levaram a Portugal?

Numa sociedade mundial baseada no conhecimento, como aquela em que nos integramos, a cultura é um aspecto decisivo na definição das identidades e na construção de redes sociais, quando entendida como solução para a atualização da natureza humana e não como reduto simbólico homogéneo e fechado.



A cultura cosmopolita contemporânea opõe-se às identidades locais territoriais e é um veículo de afirmação das independências nacionais, do progresso e da realização económica das pessoas.

A cultura cosmopolita resulta da conjugação dos múltiplos traços culturais em contacto, das maneiras de viver, produzindo riqueza e bem-estar nas sociedades dominantes.

No exercício da sua ação cultural propriamente dita, o Estado português deve procurar dar à cultura portuguesa um lugar consolidado no diálogo intercultural, criando condições para que ela contribua para a cultura global, oferecendo elementos da sua particularidade para a definição da universalidade possível, num mundo diversificado e concorrencial.

Este circunstancialismo tem valor político, social e económico, e é muito visível no caso da língua, que é tanto mais importante quanto há mais pessoas que a falam e ela é reconhecida internacionalmente.

Mas, minhas Senhoras e meus Senhores

Também a LUSA tem vindo a valorizar a sua importância internacional, ajustando qualitativamente os seus serviços e a sua presença no espaço lusófono - de destacar o contributo para a Aliança das Agências Noticiosas Lusófonas -, bem como assegurando a cobertura informativa das comunidades portuguesas no estrangeiro ou de outros espaços de interesse especial para Portugal.

O CENJOR, por sua vez, também no âmbito do serviço público que presta, tem vindo a contribuir muito positivamente para a melhoria da formação dos jornalistas e para a qualificação dos media dos países lusófonos africanos e de Timor Leste.

Importa, a propósito de Timor Leste, referir o grande projeto já em curso que concretiza a componente de comunicação social integrada no Programa de Apoio à Governação Democrática em Timor-Leste financiado pela Comissão Europeia, em que o empenho do Estado Português, protagonizado, nesta vertente, pelo GMCS - Gabinete para os Meios de Comunicação Social, constitui um elevado esforço de cooperação e um contributo precioso para a coerência e sustentabilidade da consolidação da governação democrática de Timor-Leste.

Importa, também, referir o papel de verdadeiro “interesse público” assumido pelos diversos meios de comunicação social privados, como por exemplo os canais internacionais da SIC e da TVI e as páginas da internet da generalidade das rádios e jornais. Ainda que não integrem a concessão de serviço público.

Na realidade, estamos frequentemente perante conteúdos de alta qualidade que poderão vir a integrar uma RTP Internacional que, com vantagens generalizadas, melhor configure o conceito de “TV e Rádio de Portugal”.

Sobre o universo das rádios e dos jornais cabe ainda fazer uma alusão especial ao ROLI, Portal das Rádios Online, e ao Portal de Imprensa Regional - agregadores, respetivamente, de rádios locais e de jornais regionais e locais de todo o País - e à importante função de ligação afetiva às raízes que proporcionam aos portugueses que se encontra longe das suas terras, origens e referências. Estes Portais tiveram o apoio do Estado no lançamento das respetivas plataformas, sendo que o GMCS continua a assegurar a manutenção do Portal da Imprensa Regional.

Por último é meu entendimento que o Estado Português deve, apoiar a ação da sociedade portuguesa no mundo, estimulando a procura da excelência pelos portugueses, nos planos cultural e comunicacional, através da sua inserção nas redes de desenvolvimento mundial, como forma de projetar internacionalmente a cultura portuguesa através da ação dos portugueses implicados nos centros de decisão, produção e distribuição das indústrias culturais.

Isto torna-se evidente quando consideramos o papel da rede pública de televisão, que deverá servir, juntamente com outros meios, para criar relações sólidas, interdependentes e de forte colaboração entre os portugueses, ordenadas à construção de um único espaço público à escala global.



Para este espaço público único contribuem potencialmente não apenas os portugueses, mas todos os falantes de português, independentemente da sua nacionalidade, assim como todos aqueles que estão ligados, por razões empresariais ou outras, a Portugal ou aos países de língua portuguesa.

Este é o quadro em que deve ter lugar a reestruturação da rede pública de televisão de âmbito internacional, visando o reforço dos interesses portugueses no mundo, segundo condições de sustentabilidade.

Numa altura em que o Governo está a desenvolver novas e mais eficazes formas de garantir a qualidade de vida dos portugueses, com a implicada redução dos gastos do Estado e do nível de endividamento das famílias, a justificação para os gastos associados a uma televisão do Estado tem de ser muito ponderada.

Para que os gastos sejam justificados, é necessário que a rede pública de televisão implique benefícios maiores do que os gastos.

Durante muito tempo entendeu-se que não era necessário que a televisão pública desse lucro, porque os benefícios sociais decorrentes do seu funcionamento seriam suficientes para justificar a sua existência.

Os factos demonstram que não é assim e que o atual serviço público de televisão se tornou insustentável, pelo que é necessário mudar esse estado de coisas.

O primeiro passo consiste em torná-lo socialmente útil e lucrativo.

O serviço público de televisão apenas se justifica se ajudar o Estado a melhorar a situação socioeconómica e cultural dos portugueses, onde quer que estes se encontrem.

Finalizo assim a minha intervenção, ciente de que os contributos dos meus parceiros de painel serão bastante enriquecedores para este debate, quer pela abordagem académica e científica do Prof. Gustavo Cardoso quer pela especial sensibilidade e conhecimento do Dr. Luís dos Santos Jorge sobre os anseios e prioridades sentidos e manifestados pelas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Muito obrigado.